



Encontro das Instituições Particulares de Solidariedade Social Católica da Diocese,

Data: 21 de Janeiro de 2012

Agradeço o convite do Senhor Bispo da Diocese de Bragança-Miranda para participar na oração inicial deste encontro promovido pelo Secretariado Diocesano da Pastoral Social e Mobilidade Humana, e saúdo todos os dirigentes dos Corpos Sociais e direções técnicas das Instituições Particulares de Solidariedade Social Católica do Distrito que, em conjunto com outras instituições sociais e com o movimento solidário que integra centenas de voluntários, servem o Bem Comum, ajudando populações e essencialmente as mais carenciadas, tendo como objetivo o combate à pobreza e à exclusão social e o desenvolvimento local.

A saudação que me é pedida como Presidente do Município anfitrião, não pode, no essencial, fugir ao tema do encontro que, de entre outros objetivos, se orienta para a reflexão partilhada dos problemas sociais e das respostas aos mesmos, para com menos recursos continuar a assegurar e se possível aumentar as respostas sociais que estas instituições garantem a centenas de cidadãos do nosso distrito, num ano de empobrecimento geral, em que a resposta do Estado está mais limitada.

O distrito de Bragança tem sentido ao longo de séculos o peso da Interioridade, originada por políticas centralistas que ao Interior têm retirado a voz, as pessoas e os recursos. O distrito está muito fragilizado em termos demográficos e económicos, no entanto as potencialidades do território são elevadas e as novas acessibilidades em construção irão contribuir para o seu desencravamento, as infra estruturas de educação, de saúde e do ambiente são melhores, a qualificação dos cidadãos é superior, e a crise obriga o Governo a olhar para o desenvolvimento rural como um pilar essencial do desenvolvimento sustentável, pelo que temos, entre outras, pelo menos estas boas, razões para não desanimar.

Temos que olhar em frente, cientes das fortes desigualdades sociais e territoriais que se acentuaram nas últimas décadas, visto, no Litoral, em



cerca de um terço do território se concentrarem três quartos da população e quatro quintos da economia, tendo um lisboeta um poder de compra cinco vezes superior ao de um cidadão no concelho mais pobre do interior.

Na última década, o concelho de Bragança reforçou as suas competências como “Cidade de Equilíbrio Regional”, destacando-se um conjunto de indicadores positivos no contexto nacional e regional, outros aceitáveis face á evolução no Interior: o crescimento da população; o aumento da população com licenciatura ou mais, ocupando a sétima posição a nível nacional; o aumento do poder de compra desde o ano de 2000, acima da média da Região Norte, atualmente seis pontos acima; um forte crescimento nas exportações; taxas razoáveis de natalidade e de população jovem. A cidade ganhou atratividade urbana, social, cultural e económica, reforçou a capacidade competitiva e assim, não podemos deixar de continuar a olhar em frente, encarar o futuro cientes de que temos de vencer a crise e partir para um novo ciclo de crescimento sustentável.

Os sinais de crise e de empobrecimento são claros, e tendem a agravar-se, com o aumento do desemprego, a recessão económica, a diminuição do investimento, o aumento da carga fiscal, o corte nas remunerações. Desde o ano de 2008 que o Banco Alimentar Contra a Fome apoia um maior número de portugueses, vindo os pedidos sobretudo da população envelhecida, desempregada e de baixa escolaridade e de famílias sobre endividadas, havendo cada vez mais portugueses que recorrem ao apoio das Instituições de Solidariedade. É também hoje mais evidente a redução nas despesas na educação, no vestuário, na alimentação, a fuga de imigrantes e o surto de emigração de jovens do nosso país.

Vivemos um período crítico da nossa História, com uma despesa pública muito acima das possibilidades do País, com uma dívida externa insustentável, a mais elevada dos últimos 100 anos, dívida que se agravou imenso a partir de 1996, resultado de um excesso de procura interna relativamente aos bens e serviços produzidos, o que se verifica desde 1953, e que nos levou a importar bastante mais do que exportávamos,



obrigando-nos a pedir dinheiro emprestado, ao exterior destinado a pagar o excesso de consumo interno, e condicionados por uma excessiva dependência alimentar e energética.

Esta situação deteriorou-se a partir de 2008, com a crise financeira externa, e adquiriu visibilidade quando os credores se aperceberam das nossas dificuldades de pagar as dívidas, e agravou-se com as elevadas taxas de juro que passaram a exigir, taxas que são autêntico “roubo” da vontade, do trabalho e dos recursos dos portugueses, pois credores em vez de nos ajudarem fragilizam-nos ao ponto de os juros representarem já um terço da dívida, o que empobrece ainda mais o País.

A situação não evoluiu bem, ao ponto de os credores externos ditarem os programas de ajustamento, impondo cortes de remunerações, de regalias, exigência de reformas estruturais na administração pública e nas leis laborais, redução da presença do Estado na economia, o que obriga a um importante ajustamento na vida das pessoas e das instituições, realidade que temos de encarar no sentido de readquirir a confiança dos mercados e promover o crescimento da economia, a contenção no consumo interno e do reforço das exportações em detrimento das importações de modo a livrarmo-nos da ganância dos mercados financeiros e das Agências de Rating, ou seja, dos juros elevados que representam poder de compra que sai do País.

Neste processo de ajustamento da economia, e que o Banco de Portugal em nota recente refere que representará uma quebra de 11% no rendimento das famílias no período de 2011 a 2013, devemos compreender que esta quebra não será sentida igualmente por todas as famílias. Estatisticamente a economia mistura todos os portugueses na mesma medida quantitativa, não sendo verdade que todos estejam na mesma curva descendente, uns ficam menos ricos, outros ainda mais pobres, estes sofrem com a crise, e para os primeiros em parte trata-se de um apontamento informativo.

Por outro lado, é também verdade que os sacrifícios não são justos e proporcionalmente aplicados, estudo recente da Direção de Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão da Comissão Europeia, elaborado no início de



2011 relativo às medidas de austeridade impostas no PEC IV, negociado pelo anterior Primeiro-ministro, indica que o impacto previsto nos 20% de população mais pobre era de 6,1%, enquanto nos 20% mais ricos seria de 3,9%, ao contrário do que se verificava nos restantes países analisados.

Em tempo de crise, são as regiões e cidadãos mais pobres, os mais atingidos. Como exemplos cito o caso dos quadros e gestores do Banco de Portugal e de empresas privadas, em particular as ligadas ao fornecimento de Serviços de Interesse Geral, trabalhadores remunerados acima da média e não abrangidos pelo corte de remunerações e outras regalias, empresas que deveriam fazer o necessário esforço para redução dos custos do serviço indo ao encontro dos sacrifícios que estão a ser pedido ao país; negativo também o facto de dezanove das vinte empresas que integram o PSI 20 terem colocado as suas sedes no estrangeiro para pagarem menos impostos em sede de mais-valias, ou até o facto de o sindicato dos professores do ensino superior pretender em tribunal evitar o corte nas remunerações a uma das classes melhor remuneradas. A responsabilidade social tem um valor social, económico, mas também moral e os exemplos que citei não são solidários.

A crise económica e financeira e, em particular, a dívida pública e externa e as medidas previstas para a superar provocam inevitáveis ajustamentos nos serviços sociais do País, na educação, na saúde, na segurança social, na vida dos cidadãos em geral e nas suas organizações, assim como um aumento global da pobreza, que mais se evidencia nos trabalhadores de salários mais baixos, de empregos precários, nos desempregados e com incidência mais significativa nos jovens, nos idosos e com forte impacto no desenvolvimento das crianças. É nas crianças e jovens que este problema adquire maior relevância.

Na UE alastra o desemprego apresentando-se como um dos mais graves problemas sociais, com particular incidência nos jovens, grupo em que a taxa de desemprego subiu de 14,5% no ano de 2000 para cerca de 25% em 2011, em Portugal, o quarto país europeu com mais elevada taxa de desemprego jovem, mais de 30%, a geração com mais habilitações literárias de sempre, não tem trabalho nem perspectivas de o ter, face á



recessão económica, restando a muitos percorrer o caminho da emigração e a outros o apoio da família e das instituições sociais. No trabalho encontramos o meio mais poderoso de integração social, de autonomia e valorização da pessoa humana.

A pobreza infantil pode ter nas crianças efeitos devastadores, na sua experiência de infância bem como nas suas futuras oportunidades de vida, que atinge na UE níveis que variam entre 11% e 33%, sendo nos países mais pobres, mais atingidos pela crise, que as crianças e jovens são mais afetados. Importa destacar o papel essencial da educação para prevenir e romper o ciclo da pobreza, seja através do acolhimento na primeira infância, onde o tipo de apoio prestado e a socialização com outras crianças e educadores melhoram o seu desenvolvimento, seja na seletividade dos apoios sociais nos restantes níveis de ensino, dirigindo-os para os alunos mais carenciados. É também essencial compreender a relevância das instituições que acolhem crianças e jovens em regime de institucionalização.

Num cenário de crise, as instituições de solidariedade social confrontam-se com problemas de sustentabilidade e com uma equação de resolução difícil - maior solicitação de apoios, menos recursos disponíveis – resultante da diminuição da atividade económica, do elevado desemprego, do endividamento excessivo das famílias, do empobrecimento da comunidade que as suporta, e das dificuldades do Estado em manter e muito mais em ampliar acordos de cooperação.

Os tempos próximos não são favoráveis a novos investimentos, sendo necessário equacionar a possibilidade de, com os equipamentos sociais e recursos existentes, alargar e qualificar as respostas sociais a mais cidadãos; promover sempre que possível a cooperação entre instituições com o objetivo de poupar recursos e ganhar nas respostas sociais; promover a difusão de informação entre as instituições relativa às respostas sociais garantidas e utentes beneficiados; partilhar a formação de recursos humanos e adequa-la às necessidades reais das instituições, criando metodologias de gestão, de organização e de qualidade de modo



a assegurar sustentabilidade perante uma nova realidade social e económica, sendo essencial fortalecer o voluntariado.

As autarquias e as Instituições Sociais estão na linha da frente, no sentido de prevenir a pobreza, a marginalização e a exclusão social, impondo-se uma estreita colaboração no sentido de fortalecer a organização e os recursos de resposta aos impactos negativos da crise económico e financeira agravada pela recessão económica, efeitos que poderão prolongar-se no tempo.

A Rede Social de cada concelho, entendida como espaço de articulação e congregação de esforços entre as autarquias e entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, visando a redução da pobreza, da exclusão social e a promoção do desenvolvimento social, deve ser fortalecida para que as respostas sociais sejam melhor organizadas e delas beneficiem prioritariamente os cidadãos mais necessitados. O município de Bragança tem em fase de finalização três ações para utilização da Rede Social, a Carta Social do Concelho, o Guia de Boas Práticas de Intervenção Social e a Plataforma Informática de Monitorização de Apoios Sociais.

Nos últimos anos, no município de Bragança desenvolveram-se muito as respostas sociais orientadas às crianças e jovens; à população idosa; à população deficiente; às famílias; à toxicodependência; à violência doméstica, através de um conjunto de 29 instituições, sendo vinte e seis da rede solidária e três da rede privada. Podemos assim afirmar que, se por um lado os problemas são grandes, também é verdade que a resposta das Instituições é muito superior à que era, que o espírito de solidariedade cresceu e de que continua a ser melhor viajar com esperança do que chegar ao destino.

Termino com uma declaração do Arcebispo Desmond Tutu feita a Laurence Shorter, retirada do livro “ O Optimista”, - “ a esperança é uma questão de fé! Fé em que, apesar de tudo apostar no sentido contrário, há-de correr tudo bem!”.

António Jorge Nunes